

DF - Brasília

# Mais uma agressão ao tombamento

DÉBORA AMORIM



PROPAGANDA no Eixinho Sul: Administração diz desconhecer

O descaso com o patrimônio arquitetônico de Brasília chegou aos canteiros do Eixinho Sul. Há três dias, painéis publicitários estão sendo instalados ao lado das palmeiras que compõem a paisagem da via, violando o Tombamento. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) moverá, pelo Ministério Público, Ação Civil Pública pedindo a retirada imediata dos *outdoors*.

Um painel ostentando a propaganda de uma operadora de telefonia celular salta aos olhos de motoristas que passam em frente ao

Banco Central. Sob a estrutura, com cerca de três metros de altura, o cimento ainda estava fresco, ontem à tarde. Na altura da 202 Sul, outro *outdoor* também está pronto.

"A instalação dos painéis é altamente pernicioso", critica Cláudio Queiroz, superintendente do Iphan no DF. Para ele, os novos *outdoors* contribuem para a poluição visual que já caracteriza fachadas de prédios do Setor Comercial Sul e do Setor Bancário Sul.

A entidade pedirá uma Ação Civil Pública ao MP contra o GDF e a remoção imediata das estruturas. O

superintendente critica, ainda, o Plano Diretor de Publicidade, conjunto de leis que estabelece critérios para localização e instalação de veículos e objetos de propaganda. "O que antes era permissivo agora oficializa a permissividade", afirma Cláudio Queiroz.

A instalação dos painéis pegou de surpresa a Administração Regional de Brasília. O administrador, Fernando Leite de Godoy, afirma que não deu autorização para a colocação dos *outdoors* e que vai impedir a continuação das obras. "Os painéis representam uma alteração

no urbanismo da cidade", critica.

O Iphan sustenta, no entanto que o GDF tinha conhecimento da instalação dos painéis. "Como realizar uma obra como esta sem o conhecimento das autoridades", argumenta Cláudio Queiroz.

Para o secretário de Comunicação Social do GDF, Weligton Moraes, as chances de a Administração Regional desconhecer o início das obras são remotas. "O órgão não está seguindo as orientações do governo quanto à fiscalização do patrimônio", afirma.